

Presidenta Dilma Rousseff recebe representantes do movimento negro

Na sexta-feira (19/07/2013), a presidente Dilma Rousseff recebeu representantes de 19 organizações do movimento negro, cumprindo a agenda de reuniões com a sociedade civil, estabelecida após a onda de protestos pelo país, no mês passado.

O documento elaborado por uma comissão de lideranças do movimento negro foi apresentado a presidenta e orientou a reunião. Entre os dirigentes negros foram indicadas 6 pessoas para defender as propostas do documento. Debateu-se uma pauta com cinco itens e a cobrança da implantação da política de cotas raciais no serviço público.

“A presidenta reafirmou a posição de que as ações afirmativas, mais especificamente das cotas, constituem elemento central na luta pela promoção da igualdade no Brasil. Isso significa, portanto, que, dentro do governo, temos de buscar, em relação às cotas no serviço público, toda a segurança jurídica necessária para que essa medida possa ser adotada”, disse a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros.

A Seppir deve entregar até o fim deste ano, à Presidência da República, uma proposta de decreto presidencial para regulamentar as cotas para negros nos concursos públicos federais, mas ainda depende de parecer jurídico da Advocacia Geral da União (AGU).

“O Ministério do Planejamento fez um parecer contra. A presidenta tem de chamar a ministra para explicar por que está embarreirando as cotas no serviço público. O ministério está segurando a luta do povo que há 513 anos sofre e quer inclusão. Cota no serviço público é empoderamento. Quanto mais empoderamento tivermos menos violência” – afirmou frei David dos Santos, da Educafro.

A questão da educação foi amplamente discutida no encontro que contou com a presença do ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Foi reclamado o compromisso com a implementação da Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatória o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Além das cotas e educação, na reunião de cerca de duas horas, também foi debatido o Estatuto Geral das Religiões no Brasil; Terras Quilombolas; a democratização dos meios de comunicação; e a questão do extermínio da juventude negra. A presidente sugeriu a criação de um fórum, coordenado pela Seppir, e integrado por outros ministérios, como Secretaria de Direitos Humanos e Justiça, para debater a questão da violência.

“Minha avaliação é que foi positiva a apresentação da agenda. Nossa pauta está na agenda do governo, e aprovamos a continuidade desta nos ministérios. Precisamos agora da articulação e estratégia correta e o acompanhamento do movimento social negro brasileiro”, afirmou Cida Abreu, integrante da comissão do MN. *Valdisio Fernandes, Instituto Búzios.*